

ROBERT DARNTON

# Censores em ação

*Como os Estados influenciaram a literatura*

*Tradução*

Rubens Figueiredo



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2014 by Robert Darnton  
Todos os direitos reservados.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

*Título original*

Censors at Work: How States Shaped Literature

*Capa*

Mariana Newlands

*Foto de capa*

Corbis Corporation/ Fotoarena

*Índice remissivo*

Luciano Marchiori

*Preparação*

Lígia Azevedo

*Revisão*

Isabel Jorge Cury

Carmen T. S. Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Darnton, Robert

Censores em ação : como os Estados influenciaram a literatura  
/ Robert Darnton; tradução Rubens Figueiredo. — 1ª ed. — São  
Paulo : Companhia das Letras, 2016.

Título original: Censors at Work : How States Shaped  
Literature

ISBN 978-85-359-2710-8

1. Censura 2. Censura – Alemanha (Leste) – História – Século  
20 3. Censura – França – História – Século 18 4. Censura –  
Índia – História – Século 19 5. Literatura e Estado 1. Título.

16-01732

CDD-363.3123

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Censura : Estado : Problemas sociais

363.3123

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

[facebook.com/companhiadasletras](https://facebook.com/companhiadasletras)

[instagram.com/companhiadasletras](https://instagram.com/companhiadasletras)

[twitter.com/cialetras](https://twitter.com/cialetras)

# Sumário

<i>Introdução</i> .....	7
PARTE 1 — A FRANÇA DOS BOURBON: PRIVILÉGIO E REPRESSÃO .....	17
Tipografia e legalidade .....	20
O ponto de vista dos censores .....	27
Operações cotidianas .....	37
Casos problemáticos .....	51
Escândalo e Iluminismo.....	58
A polícia do livro .....	64
Um autor nos aposentos dos criados.....	67
Um sistema de distribuição: Capilares e artérias.....	77
PARTE 2 — ÍNDIA BRITÂNICA: LIBERALISMO E IMPERIALISMO .....	99
Etnografia amadora.....	102
Melodrama .....	109
Vigilância .....	116
Sedição? .....	132

Repressão .....	139
Hermenêutica de tribunal.....	147
Menestréis ambulantes .....	154
A contradição básica .....	167

### PARTE 3 — ALEMANHA ORIENTAL COMUNISTA:

PLANEJAMENTO E PERSEGUIÇÃO .....	169
Informantes nativos .....	171
Dentro dos arquivos.....	192
Relações com os autores.....	200
Negociações entre autores e editores.....	215
Fortes batidas na porta.....	227
Uma peça: O espetáculo não deve continuar .....	241
Um romance: Publicar e destruir.....	249
Como a censura terminou .....	264

<i>Conclusão</i> .....	273
<i>Agradecimentos</i> .....	293
<i>Notas</i> .....	295
<i>Créditos das imagens</i> .....	346
<i>Índice remissivo</i> .....	348

PARTE 1

A FRANÇA DOS BOURBON:

Privilégio e repressão

A visão maniqueísta da censura exerce um apelo especial quando aplicada na era do Iluminismo, pois ele é visto facilmente como uma batalha da luz contra as trevas. O movimento do século XVIII se apresentava dessa forma e seus heróis derivaram outras dicotomias deste contraste básico: razão contra obscurantismo, liberdade contra opressão, tolerância contra fanatismo. Eles viam forças paralelas em ação nos reinos social e político: de um lado, a opinião pública mobilizada pelos *philosophes*; de outro, o poder da Igreja e do Estado. É claro que os historiadores do Iluminismo evitam tal simplificação. Expõem as contradições e as ambiguidades, sobretudo quando relacionam ideias abstratas com instituições e eventos. Mas, quando chegam ao tema da censura, as interpretações históricas geralmente opõem a atividade repressiva dos funcionários administrativos às tentativas de escritores para promover a liberdade de expressão. A França oferece os exemplos mais dramáticos; a queima de livros, a prisão de autores, a condenação das obras de literatura mais importantes como ilegais — sobretudo as de Voltaire e Rousseau e a *Encyclopédie*, cuja publica-

ção simboliza a luta do conhecimento para se libertar das algemas impostas pelo Estado e pela Igreja.<sup>1</sup>

Há muito a dizer em favor dessa interpretação, especialmente se for vista da perspectiva do liberalismo clássico ou do compromisso com a defesa dos direitos humanos — ou seja, de um ponto de vista moderno, derivado ele mesmo do Iluminismo. Mas, qualquer que seja sua validade como forma de adaptar juízos de valor à objetividade histórica, ela se ressentia da carência de bases de pesquisa sobre como os censores de fato operavam. O que eles faziam, como entendiam suas tarefas e como suas atividades se encaixavam na ordem política e social vigente?<sup>2</sup>

#### TIPOGRAFIA E LEGALIDADE

Pensemos, por exemplo, na folha de rosto de um livro comum do século XVIII, *Nouveau Voyage aux isles de l'Amérique* (Paris, 1722). Ela se estende demoradamente, mais parece uma sobre-capá do que a folha de rosto de um livro moderno. De fato, sua função era semelhante à de uma sobre-capá: resumia e fazia propaganda do conteúdo do livro para quem estivesse interessado em lê-lo. O elemento ausente, pelo menos para o leitor moderno, é igualmente chocante: o nome do autor. Ele simplesmente não aparece. Não que o autor estivesse tentando esconder sua identidade: seu nome aparece nas páginas preliminares. Mas a pessoa que realmente tinha de responder pelo livro, o homem com a responsabilidade legal e financeira por ele, se mostra de modo proeminente ao pé da página, com o endereço: “Paris, Rue S. Jacques, Pierre-François Giffart, perto da Rue des Mathurins, na imagem de santa Teresa”. Giffart era um livreiro (*libraire*) e, como muitos livreiros, funcionava como publicador (o termo moderno para editor, *éditeur*, ainda não havia entrado para o uso comum): com-

prava manuscritos dos autores, realizava sua impressão e vendia os produtos finalizados em sua loja. Desde 1275, os livreiros estavam sujeitos à autoridade da universidade e, portanto, tinham que montar suas lojas no Quartier Latin. Congregavam-se especialmente na Rue Saint Jacques, onde seus letreiros de ferro forjado (daí, “na imagem de santa Teresa”) pendiam no ar presos em dobradiças, como os ramos das árvores numa floresta. A irmandade dos impressores e livreiros, cujo padroeiro era são João Evangelista, se reunia na Igreja dos Padres de Mathurin, na Rue des Mathurins, perto da Sorbonne, cuja faculdade de teologia muitas vezes se pronunciava sobre a ortodoxia dos textos publicados. Portanto, esse endereço situava o livro no coração do comércio oficial, e seu status legal ficava claro, de todo modo, pela fórmula impressa no pé da página: “com a aprovação e o privilégio do rei”.

Aqui encontramos o fenômeno da censura, porque aprovações eram sanções formais conferidas pelos censores da corte. Nesse caso, há quatro aprovações, todas impressas no início do livro e escritas pelos censores que haviam aprovado o manuscrito. Um censor, professor na Sorbonne, comentou na sua aprovação: “Tive o prazer de ler isto; é repleto de coisas fascinantes”. Outro, professor de botânica e medicina, sublinhou a utilidade do livro para viajantes, mercadores e estudantes de história natural e elogiou em especial seu estilo. Um terceiro censor, um teólogo, simplesmente atestou que era uma boa leitura. Ele não conseguiu largar o livro, disse, porque inspirava no leitor “essa curiosidade ávida, mas doce, que nos faz continuar a leitura”. Será essa a linguagem que se espera de um censor? Para reformular a pergunta nos termos da indagação que Erving Goffman supostamente estabeleceu como ponto de partida de toda investigação sociológica: o que está acontecendo aí?



O início de uma resposta pode ser encontrado no privilégio em si, que vem impresso após as aprovações. Ele toma a forma de uma carta do rei para os funcionários de seus tribunais, notificando-os de que o rei garantiu ao autor do livro, cujo nome aparece pela primeira vez, o direito exclusivo de reproduzi-lo e de colocá-lo à venda por meio de intermediários na guilda dos livreiros. O privilégio é um texto longo e complexo, cheio de estipulações acerca dos atributos físicos do livro. Devia ser impresso em “papel bom e em tipos belos, em conformidade com os regulamentos do comércio de livros”. Tais regulamentos definiam critérios detalhados de controle de qualidade: o papel devia ser feito com uma determinada variedade de trapos de pano; os tipos gráficos deviam ser calibrados de modo que a letra *m* seria exatamente da largura de três *l*. Isso era puro colbertismo — ou seja, interferência do Estado a fim de promover o comércio, estabelecendo critérios de qualidade e reforçando as guildas, por trás de um muro protetor de tarifas, originalmente concebidas sob a direção do próprio Jean-Baptiste Colbert. E concluía como todos os éditos reais: “Pois tal é o nosso prazer”. Legalmente, o livro existia em virtude do prazer do rei; era fruto da “graça” real. A palavra *grâce* é recorrente em todos os éditos importantes no comércio do livro; e, de fato, a Direction de la Librairie, o departamento da corte incumbido do comércio de livros, estava dividida em duas partes: a “Librairie Contentieuse”, para regular conflitos, e a “Librairie Gracieuse”, para o fornecimento de privilégios. Por fim, depois do texto do privilégio, vinha uma série de parágrafos que afirmavam que o privilégio tinha sido inscrito no registro da guilda dos livreiros e que fora dividido em porções, vendidas a quatro livreiros diferentes.

Ora, aos olhos modernos, tudo isso parece um tanto estranho: temos censores que elogiam o estilo e a legibilidade do livro, em vez de cortar suas heresias; temos o rei que confere sua graça

ao livro; e temos os membros da guilda dos livreiros que dividem essa graça e a vendem como se ela fosse uma forma de propriedade. O que estava acontecendo, na verdade?

Uma forma de entender esse enigma é pensar no livro do século XVIII como algo comparável a certos potes de geleia e caixas de biscoito na Inglaterra, que parecem muito curiosos para os estrangeiros, porque existem “por concessão especial de Sua Majestade a Rainha”. O livro era uma variedade de produto; tinha uma sanção real; e, ao concederem tal sanção, os censores atestavam sua excelência em geral. A censura não era uma simples questão de purgar as heresias. Ela era *positiva* — um endosso real do livro e um convite oficial para sua leitura.

O termo governamental para esse sistema era “privilégio” (etimologicamente, “lei privada”). O privilégio era o princípio organizador do Antigo Regime em geral, não apenas na França, mas na maior parte da Europa. A lei não se aplicava igualmente a todos, pois se supunha que todos os homens (e, mais ainda, todas as mulheres) nasciam desiguais — e que isto era certo: as hierarquias eram ordenadas por Deus e estavam inscritas na natureza. A ideia de igualdade perante a lei era impensável para a maioria dos europeus, com exceção de alguns poucos filósofos. A lei era um beneplácito especial concedido a indivíduos particulares ou a grupos, pela tradição e pela graça do rei. Assim como “homens de qualidade” bem-nascidos desfrutavam privilégios especiais, o mesmo ocorria com livros de alta qualidade. De fato, o privilégio operava em três níveis na indústria editorial: o livro em si era privilegiado (a ideia moderna do direito autoral não existia, exceto na Inglaterra); o livreiro era privilegiado (como membro de uma guilda, desfrutava o direito exclusivo de participar do comércio de livros); e a guilda era privilegiada (como uma corporação exclusiva, ela se beneficiava de certos direitos, em especial da isenção da maioria dos impostos). Em suma, a monarquia dos Bourbon de-

senvou um sofisticado sistema de distribuição do poder do mundo da impressão; e, como produto desse sistema, o livro sintetizava o regime inteiro.

## O PONTO DE VISTA DOS CENSORES

Tais eram as características formais do Antigo Regime tipográfico. Qual é a feição do sistema, se estudarmos seu funcionamento por trás da fachada das folhas de rosto e dos privilégios — ou seja, do ponto de vista dos próprios censores? Felizmente, uma série de manuscritos na Bibliothèque Nationale de France contém um rico veio de informações sobre como os censores exerciam suas tarefas nas décadas de 1750 e 1760. Centenas de cartas e relatórios dos censores para o diretor do departamento do comércio de livros (Direction de la Librairie), C. G. de Lamoignon de Malesherbes, revelam seu modo de trabalho e especialmente suas razões para aceitar ou recusar a solicitação de um privilégio.<sup>3</sup>

Como eram comunicações confidenciais para Malesherbes, os relatórios tratavam os livros com uma franqueza que não poderia aparecer em aprovações formais. Às vezes, está claro, elas se limitavam a fornecer a garantia de que um manuscrito não continha nada de ofensivo à religião, à moralidade ou ao Estado — as categorias convencionais que requeriam a atenção de um censor. No entanto, muitos censores transmitiam endossos positivos sobre o estilo e o conteúdo, mesmo quando consistiam em apenas uma ou duas frases. Esta é uma típica recomendação para um privilégio: “Por ordem do monsenhor chanceler, li as *Lettres de M. de la Rivière*. Elas me parecem bem escritas e cheias de reflexões razoáveis e edificantes”.<sup>4</sup> Quando os censores se sentiam entusiasmados com um texto, exageravam nos elogios. Um deles oferece uma minuciosa exposição de todas as

qualidades que justificavam a concessão de um privilégio a um livro sobre as Ilhas Britânicas: ordenação impecável do tema em estudo, história soberba, geografia precisa; era exatamente aquilo que satisfazia a curiosidade do leitor.<sup>5</sup> Outro censor endossava um livro sobre ética basicamente por suas qualidades estéticas. Embora carecesse de certa elevação de tom, o livro era simples e consistente, enriquecido com anedotas divertidas e apresentado de um modo que prenderia o interesse dos leitores, ao mesmo tempo que os convenceria das vantagens da virtude.<sup>6</sup> Alguns relatórios positivos se estendem a tal ponto que parecem resenhas de livros.<sup>7</sup> Um censor se entusiasmou com os elogios a um livro de viagem, depois se deteve e decidiu apresentar uma recomendação concisa “para evitar que eu invada o território dos jornalistas”.<sup>8</sup> Longe de parecer sentinelas ideológicos, os censores escreviam como homens de letras, e seus relatórios podiam ser considerados uma forma de literatura.

Suas preocupações literárias sobressaem em especial nos relatórios negativos, nos quais se pode esperar a mais cerrada concentração de vetos a heresias. Um censor condenou o “tom leve e jocoso” de um tratado de cosmologia.<sup>9</sup> Outro não tinha nenhuma objeção teológica a uma biografia do profeta Maomé, mas a achou superficial e pesquisada de maneira inadequada.<sup>10</sup> Um terceiro não quis recomendar um manual de matemática porque não analisava os problemas com detalhes suficientes e não dava os cubos e os quadrados de certas somas.<sup>11</sup> Um quarto rejeitou um tratado de direito sob o argumento de que usava terminologia inexata, datava documentos erradamente, interpretava mal princípios básicos e estava cheio de erros de grafia.<sup>12</sup> Um relato das campanhas de Frederico II ofendeu um quinto censor, não por causa de alguma discussão desrespeitosa acerca da política externa francesa, mas porque “é uma compilação sem gosto e sem discernimento”.<sup>13</sup> E um sexto rejeitou uma defesa da

ortodoxia religiosa contra os ataques de livres-pensadores, antes de tudo, por sua negligência:

Não chega a ser um livro. Não se pode dizer qual é o propósito do autor, senão quando se termina a leitura. Ele avança numa direção, depois volta atrás; seus argumentos muitas vezes são fracos e superficiais; seu estilo, numa tentativa de ganhar vivacidade, se mostra apenas petulante [...]. No esforço de tornar uma frase bonita, ele frequentemente parece tolo e ridículo.<sup>14</sup>

É claro, os relatórios também contêm muitos comentários que condenam ideias que não são ortodoxas. Sem dúvida, os censores defendiam a Igreja e o rei. Mas trabalhavam com base na ideia de que uma aprovação era um endosso positivo de um livro e de que um privilégio transmitia a sanção da Coroa. Escreviam como homens de letras, também, decididos a defender “a honra da literatura francesa”, como diz um deles.<sup>15</sup> Muitas vezes adotavam um tom superior, derramando escárnio sobre obras que não conseguiam alcançar os padrões que podiam ser estabelecidos no *grand siècle*. Um censor se mostrou tão cortante quanto Nicolas Boileau, o mais incisivo crítico do século XVIII, ao rejeitar um almanaque que não continha nada de ofensivo, exceto sua prosa: “Seu estilo é indigente”.<sup>16</sup> Outro descartou um romance sentimental simplesmente por ser “mal escrito”.<sup>17</sup> Um terceiro condenou a tradução de um romance inglês por mera insipidez: “Só vejo aqui uma insípida pregação de moral entremeada com aventuras triviais, gracejos insossos, descrições desbotadas e reflexões banais [...]. Tal obra não é digna de aparecer com um sinal público de aprovação”.<sup>18</sup>

Esse estilo de censura criava um problema: se os manuscritos tinham de ser não só inofensivos, mas também dignos de um selo de aprovação de Luís XIV, será que a maior parte da literatura não

ficaria forçosamente abaixo desse nível de exigência? O censor do romance mencionado acima escolheu uma forma convencional para contornar tal dificuldade:

Porque [esta obra], a despeito de suas falhas e de sua mediocridade, não contém nada de perigoso ou repreensível e, no final, não ataca a religião, a moralidade ou o Estado, creio que não existe nenhum risco em tolerar sua impressão e que ela pode ser publicada com uma permissão tácita, embora o público dificilmente vá se sentir honrado com um presente de tal ordem.<sup>19</sup>

Em outras palavras, o regime criou escapatórias no sistema legal. “Permissões tácitas”, “tolerâncias”, “permissões simples”, “permissões da polícia” — os funcionários encarregados do comércio de livros inventaram uma série de categorias que podiam ser usadas para permitir que livros viessem a público sem receber um endosso oficial. Dada a natureza do sistema de privilégio, eles dificilmente poderiam agir de outro modo, a menos que quisessem declarar guerra à maior parte da literatura de sua época. Como diz Malesherbes, ao refletir sobre seus anos como diretor do comércio de livros: “um homem que só lê livros que apareceram originalmente com a sanção explícita do governo, como prescreve a lei, ficaria mais ou menos um século atrasado em relação a seus contemporâneos”.<sup>20</sup> Mais do que qualquer outro diretor precedente do comércio de livros, Malesherbes ampliou o uso das permissões tácitas, um arranjo que permitia vendas discretas de um livro, contanto que não provocasse tanto escândalo que fosse necessário retirá-lo do mercado — em geral com a conivência da polícia. À diferença dos privilégios, as permissões tácitas não conferiam um direito exclusivo de publicar uma obra, mas requeriam a aprovação de um censor e a inscrição num registro. Nenhum traço da aprovação, inclusive o nome do censor, aparecia no livro

em si, o qual muitas vezes trazia um endereço falso na folha de rosto, para sugerir que tinha sido publicado fora da França. Em casos especialmente problemáticos, os censores podiam recomendar *tolérances simples*, um acordo informal em que o diretor do comércio de livros aceitava fazer vista grossa quando um livro era vendido por baixo dos panos, ou “por baixo do casaco”. *Permissions de police* eram concedidas pelo diretor-geral da polícia para obras curtas, efêmeras, e elas também podiam ser revogadas, se causassem alguma ofensa.

Para um censor diante de um manuscrito, esse espectro graduado de legalidade normalmente significava escolher entre três possibilidades: por intermédio do diretor do comércio de livros, podia recomendar que o chanceler concedesse um privilégio e a obra apareceria com uma aprovação e o nome do censor anexados a ela; podia recomendar uma permissão tácita, e a obra apareceria sem nenhum endosso oficial, como se tivesse sido importada do exterior; ou podia recusar sua sanção, e o livro seria publicado clandestinamente ou não seria publicado de forma nenhuma.<sup>21</sup> Para fazer essa escolha, o censor tinha de pesar fatores complexos e, por vezes, contraditórios: a ortodoxia do texto em relação a padrões convencionais de religião, política e moralidade; sua substância como contribuição para a literatura ou algum campo do conhecimento; sua estética e, às vezes, seu valor comercial; sua influência potencial sobre questões contemporâneas; e seu efeito sobre as redes de alianças e inimizades embutidas em *le monde* — ou seja, a elite por nascimento, riqueza e talento que dominava a vida pública na França. Consideremos dois exemplos.

Primeiro, uma história de sucesso. O *chevalier* de Mouhy, romancista de aluguel e às vezes espião da polícia, tinha pouco talento e ainda menos fortuna, mas havia construído um capital na forma de “proteções” — termo do século XVIII para designar o tráfico de influência que fazia *le monde* rodar. Em 1751, Mouhy

amontou alguns ensaios beletristas sob o título *Tablettes dramatiques* e tirou partido de um de seus trunfos: uma introdução dirigida ao *chevalier* de Pons, um dos conselheiros do duque de Chartres. De Pons permitiu que Mouhy apresentasse seu manuscrito ao duque durante uma audiência no castelo de Saint Cloud. Depois de passar os olhos no texto, o duque comentou que esperava ver o livro publicado. Mouhy voltou ao sótão, redigiu uma efusiva dedicatória ao duque e, depois de algumas negociações sobre a bajulação em uma das linhas, persuadiu De Pons a convencer o duque a aceitá-la. Em seguida, Mouhy tratou de obter a aprovação do manuscrito pela censura, uma tarefa nada fácil, pois o texto continha alguns comentários irreverentes sobre homens de letras e sobre a Académie Française. Para tornar mais fácil seu caminho, tirou partido de outro de seus trunfos: a proteção do marechal de Belle-Isle. O marechal escreveu para M. de la Reignière, sogro de Malesherbes, explicando que havia concedido sua proteção a Mouhy e ficaria contente se De la Reignière fizesse o mesmo. Mouhy mandou uma carta para De la Reignière, enfatizando a dedicação, a dupla proteção e a importância da presteza na obtenção do privilégio, pois, devido a razões comerciais, precisava pôr o livro à venda o mais rápido possível. De la Reignière consentiu, com uma carta dirigida a Malesherbes, e Malesherbes o atendeu, indicando um censor compreensivo, F.-A. Paradis de Moncrif, dramaturgo, poeta, membro da Académie Française e figura bem relacionada em *le monde*, graças ao seu modo cativante e à sua sagacidade. Moncrif sabia o que se esperava dele, porque Malesherbes havia deixado claro, ao lhe encaminhar suas ordens, que o marechal de Belle-Isle, um dos homens mais poderosos da França, tinha interesse naquele caso.

Até aí tudo bem, porém Moncrif recebeu um exemplar muito confuso, escrito em garranchos quase ilegíveis. Vencer a leitura lhe tomou muito tempo e esforço, marcando as páginas com suas



iniciais à medida que as aprovava, conforme o procedimento normal. Mouhy, que pleiteava pressa, o persuadiu a entregar um primeiro maço de páginas aprovadas, de modo que o livro pudesse ser registrado para aprovação na próxima audiência de Malesherbes, no Bureau de la Librairie. Desse modo, o impressor poderia começar a trabalhar na parte do texto aprovada, enquanto Moncrif censurava o restante. Nada podia dar errado, porque Moncrif poderia, mais tarde, conferir as provas e cotejá-las com as páginas do manuscrito marcadas com suas iniciais. Além disso, Mouhy lhe dera *carte blanche* para cortar qualquer coisa passível de objeção, ao mesmo tempo que lhe garantia com segurança que nada de tal ordem poderia ser encontrada no texto. No entanto, em vez de receber as provas, Moncrif viu chegar a suas mãos um exemplar do livro recém-impresso, junto com os originais que os impressores haviam usado. Os originais continham muitas passagens que não existiam no manuscrito que Moncrif havia aprovado, inclusive alguns comentários na página 76 que seguramente ofenderiam seus colegas da Académie Française. Moncrif correu às livrarias que haviam recebido os primeiros exemplares, rasgou a página ofensiva e exigiu que Mouhy a substituísse antes que o grosso da edição pudesse ser comercializado. No fim, portanto, o censor salvou sua reputação e o autor obteve o livro que desejava, menos uma página, graças à sua habilidade para abrir caminho na burocracia e mexer os pauzinhos necessários.<sup>22</sup>

O segundo caso tem um final menos feliz. Guillaume Poncet de la Grave, advogado e homem de letras de baixo escalão, era um personagem muito mais substancial do que o *chevalier* de Mouhy, mas de muito menos sucesso no que diz respeito a mobilizar seus protetores, apesar de, mais tarde, ter ele mesmo se tornado censor. Em 1753, completou um *Projet des embellissements de la ville et des faubourgs de Paris*, um livro que continha um projeto de embelezamento de Paris reformulando os projetos dos espaços públicos.

Agraciado com o mesmo censor, Moncrif, especialista em obras sobre belas-artes, Poncet também tentou lançar seu livro sob a bandeira de um padrinho influente, pedindo permissão para dedicá-lo ao marquês de Marigny, irmão da Madame de Pompadour e alto funcionário encarregado dos projetos de construção de prédios da corte. Ele não chegou a lugar nenhum. Marigny devolveu o rascunho da dedicatória com uma recusa seca; e, quando pressionado a dar uma explicação, respondeu: “Aceitar a dedicatória de uma obra significaria dar a ela a aprovação pública”. Ele tampouco permitiria que Poncet levasse seu pleito a Madame de Pompadour: “Como minha irmã tem muito pouco tempo livre, não prevejo um momento em que eu possa apresentar o senhor a ela”.<sup>23</sup> Assim, o fracasso da dedicatória tornou-se um obstáculo para obter a aprovação, pois o censor não queria fazer inimigos em Versalhes.<sup>24</sup> Poncet e Moncrif discutiram demoradamente o impasse durante uma reunião no Château des Tuileries. Segundo Poncet, Moncrif achou o manuscrito perfeitamente digno de aprovação e confessou que seu “dever de censor” exigia que o aprovasse; mas nada o induziria a se opor a Marigny.<sup>25</sup> De sua parte, Marigny tinha suas próprias ideias sobre projetos arquitetônicos e não queria dar a impressão de que apoiava planos alheios, sobretudo se requeressem um aumento nos impostos. Versalhes, como de hábito, estava com pouco dinheiro em caixa. Mas por que tais considerações deveriam representar obstáculo à intenção de um súdito leal de publicar um livro que não ofendia nem a Igreja nem o rei nem nada, exceto o gosto de um marquês bem posicionado?

Perplexo, Poncet passou por cima de Moncrif e apelou a Malesherbes. “É duro para um autor se ver exposto a tantas dificuldades na França”, escreveu. “Eu nunca soube como representar o papel de cortesão. Tanto pior para mim.” Mas em seguida ele próprio escorregou para a linguagem cortesã:

Se eu não conhecesse sua equidade, Monsieur, poderia fortalecer meu pleito invocando laços de família com Monsieurs D'Auriac e Castagnier. Embora eu não frequente a companhia deles, sabem perfeitamente quem sou; meu nome é bem conhecido para eles [...]. O sangue nunca se trai, entre os bem-nascidos.<sup>26</sup>

Malesherbes pediu a Moncrif sua versão da história. O censor confirmou seu desejo de evitar comprometer-se com pessoas influentes e pediu para ser dispensado do caso. Também escreveu uma carta indignada para Poncet, se queixando por ser exposto ao desfavor de Malesherbes. Poncet, assim, se viu reduzido a implorar outro censor e uma permissão tácita. Quando seu livro finalmente veio a público, um ano depois, sem nenhum privilégio e nenhuma aprovação, seu destino foi exatamente o que se podia prever desde o início: não ofendeu ninguém e ninguém tomou conhecimento de sua existência.

Esses dois episódios revelam mais sobre a maneira como a censura operava de fato no dia a dia do que as histórias bem conhecidas sobre a repressão às obras do Iluminismo. Na verdade, autores e censores trabalhavam juntos numa área cinzenta, onde o lícito, gradualmente, lançava sombra sobre o ilícito. Eles compartilhavam os mesmos valores e pressupostos — de forma nada surpreendente, pois em geral provinham do mesmo meio.<sup>27</sup> Os censores, em sua maioria, eram também autores e incluíam escritores que se alinhavam ao Iluminismo, como Fontenelle, Condillac, Crébillon fils e Suard. A exemplo dos *encyclopédistes*, pertenciam ao mundo das universidades e academias, ao clero, às classes profissionais de nível superior e à administração real.<sup>28</sup> Não ganhavam a vida censurando livros — tinham carreiras de professor, médico, advogado e ocupavam vários postos administrativos. Para eles, censurar era uma ocupação secundária e a maioria fazia isso sem receber remuneração. De 128 censores em 1764, 33 ga-

nhavam um modesto emolumento de quatrocentos *livres* por ano, um ganhava seiscentos *livres* e o resto não ganhava nada.<sup>29</sup> Depois de um serviço longo e leal, podiam esperar receber uma pensão. O Estado havia reservado 15 mil *livres* para as pensões de censores aposentados, em 1764. Mas a recompensa para a maioria dos censores vinha na forma de prestígio e da possibilidade de proteção. Ser listado como “Censeur du Roi” no *Almanach royal* significava ocupar um lugar proeminente entre os servos da Coroa, o qual poderia levar a nomeações mais lucrativas. Um censor comunicou a Malesherbes que tinha aceitado seu posto com a ideia de que seu protetor faria sua carreira avançar, mas o protetor havia morrido e assim ele não tinha mais interesse em examinar manuscritos.<sup>30</sup> À medida que o status associado ao cargo de “Censeur du Roi” podia ser avaliado pelo número de homens que o ocupava, esse número não declinava durante todo o século. Continuou crescendo — de cerca de dez em 1660 para sessenta em 1700, setenta em 1750, 120 em 1760 e quase 180 em 1789.<sup>31</sup> O crescimento correspondia ao grande aumento na produção de livros, medida pelos pedidos anuais de permissão para publicação ao longo do século XVIII — de cerca de 3 mil em 1700 para quinhentos em 1750 e mais de mil em 1780.<sup>32</sup> Autores, editores e censores participavam em conjunto de uma indústria que estava em expansão. Mas os censores lucravam menos.

Por que tantos homens de letras, muitos deles também homens de princípios, se mostravam dispostos a aceitar tal emprego? As “atribuições do cargo”, como diríamos hoje, dificilmente pareceriam atrativas: pouca ou nenhuma remuneração, nenhuma repartição, nenhum gabinete, nada além de um lápis azul fornecido pelo governo; e a censura ainda envolvia uma boa quantidade de trabalho maçante e o constante risco de ofender pessoas importantes ou até de incorrer em algum insulto. Porém, apresentar a questão nesses termos seria sucumbir a um anacronismo. Exceto

por alguns raros protestos, como o famoso rompante de Fígaro em *Le Mariage de Figaro*,<sup>33</sup> a maior parte das ofensas dirigidas aos censores veio da era posterior a 1789, quando entre os cidadãos comuns se disseminou a crença de que os indivíduos têm um direito natural à liberdade de expressão. De que forma podemos entender a censura como um sistema que impunha respeito num mundo organizado segundo outros princípios?